



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE – IEAA
CAMPUS VALE DO RIO MADEIRA
CURSO DE AGRONOMIA

OZIAS DA CUNHA BELLO

Estudo da organização do Projeto de Desenvolvimento
Sustentável Realidade no município de Humaitá-AM.

HUMAITÁ – AM

2011

OZIAS DA CUNHA BELLO

Estudo da organização do Projeto de Desenvolvimento
Sustentável Realidade no município de Humaitá-AM.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, Campus Vale do Rio Madeira da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientadora: Profa. MSc. Francimara Souza da Costa.

HUMAITÁ – AM

2011

OZIAS DA CUNHA BELLO

Estudo da organização do Projeto de Desenvolvimento
Sustentável Realidade no município de Humaitá-AM.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, campus Vale do Rio Madeira da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro agrônomo.

Aprovado em ____ de ____ de ____

Banca Examinadora:

Prof. MSc. Francimara Souza da Costa

Orientadora - UFAM

Profº Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira

UFAM

Profº Dra. Rosane Rodrigues da Costa Pereira

UFAM

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, a minha mãe Cristina, exemplo de fé e perseverança, a minha esposa Messlane, pelo amor e pelas orações e aos meus filhos presentes de Deus.

AGRADECIMENTO

Agradeço esta minha jornada de estudos principalmente a Deus, pois hoje voou mais alto e consigo mais uma vitória. A Ti, oh Deus, sou eternamente grato.

Agradeço a minha esposa e filhos que comigo compartilharam esta caminhada dando-me a compreensão, mesmo em momentos que fui obrigado a ficar ausente ou até alheio ao convívio do lar, o meu muito obrigado.

Agradeço a minha mãe, maior incentivadora e mantenedora, louvo a Deus por ela existir.

Aos meus amigos de faculdade que me apoiaram durante todos esses anos, pelos momentos de alegria e incentivo perante essa caminhada.

A todos os professores que ministraram disciplinas durante o decorrer do curso de Agronomia.

Não poderia deixar de agradecer também a quem me orientou com enorme atenção e compreensão na elaboração desta monografia, a prof^a. MSc. Francimara Souza da Costa.

Finalmente, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização e sucesso deste trabalho.

EPIGRAFE

“Ecos fera-tecnosfera-agricultura não devem entrar em choque, mas podem e devem harmonizar-se para poderem continuar a proporcionar vida ao ser humano. Somente o lucro e o crescimento econômico não sustentam a vida. Necessita-se de alimentos, ar, água. A tecnosfera não impede a fome, o aumento explosivo da miséria e a crise econômica.” Ana Primavesi.

“Não herdamos a terra de nossos pais, mas tomamo-la de empréstimo de nossos filhos.”
Arthur Primavesi.

RESUMO

A partir da década de 80, o governo brasileiro investiu na implantação de assentamentos rurais para solucionar o problema da terra e melhorar a renda de agricultores, porém, poucos alcançam sucesso. Dentre as modalidades dos assentamentos, têm-se o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), desenvolvido em áreas de interesse social e ecológico e “destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental” (Portaria nº 40 INCRA). Este estudo analisou as formas de organização produtiva no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Realidade, no município de Humaitá, Estado do Amazonas. Esta análise permite compreender os impactos socioterritoriais e sua dinâmica de reconfiguração após a implantação de assentamentos, essencial para embasar o Plano de Desenvolvimento Agrário, necessário para que os assentados consigam os benefícios e sua emancipação. A organização produtiva do PDS Realidade foi analisada a partir dos fatores de produção, organização e percepção social, fatores de economia familiar e trabalho, e fatores ambientais. De um modo geral, o assentamento não possui produção agrícola e extrativista significativa, sendo a principal fonte de renda, a remuneração por serviços de diária. Grande parte dos assentados não tem experiência com extrativismo, e tampouco possui uma relação de dependência com os recursos naturais, o que está em desacordo com um dos objetivos de Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis, destinados principalmente a comunidades ditas “tradicionais”, que possuam relações de uso dos recursos naturais de forma coletiva. O estabelecimento futuro de atividades desta natureza pode não ser aceito pelos moradores, já que não faz parte de seu cotidiano de trabalho. Observou-se baixo nível tecnológico empregado na produção e baixo nível de organização social, porém, os moradores acreditam que a organização social é importante para o alcance de benefícios coletivos, o que indica que estão abertos a ações desta natureza. Quanto à percepção ambiental, não tendo sido encontrada preocupação significativa com a conservação da floresta em pé. No que diz respeito à influência da rodovia BR 319 sobre a organização produtiva, a principal mudança observada é o estímulo à migração para área. O simples anúncio da repavimentação da rodovia tem motivado a vinda de moradores para o assentamento, observando-se a venda de terras, o que é proibido nestes locais. A principal mudança ocorrida no sistema de produção local, a partir da migração, deve-se principalmente à ausência de atividades extrativistas na área.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

| | |
|------------------------|-----------|
| FIGURA 01 | 26 |
| FIGURA 02 | 27 |
| FIGURA 03 | 28 |
| FIGURA 04 | 34 |
| FIGURA 05 | 34 |
| FIGURA 06 | 35 |

GRÁFICOS

| | |
|-------------------------|-----------|
| GRÁFICO 01 | 30 |
| GRÁFICO 02 | 30 |
| GRÁFICO 03 | 31 |
| GRÁFICO 04 | 32 |
| GRÁFICO 05 | 33 |
| GRÁFICO 06 | 37 |
| GRÁFICO 07 | 39 |
| GRÁFICO 08 | 41 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|-----------------------|-----------|
| TABELA 01..... | 18 |
| TABELA 02..... | 33 |
| TABELA 03..... | 40 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|-----------------------|-----------|
| QUADRO 01..... | 36 |
|-----------------------|-----------|

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 OBJETIVOS | 14 |
| 3 REVISÃO BIBLIOGRAFICA | 14 |
| 3.1 QUESTÃO AGRÁRIA | 14 |
| 3.2 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS..... | 19 |
| 3.3 ORDENAMENTO TERRITORIAL NO SUL DO AMAZONAS..... | 22 |
| 3.4 A BR 319 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O ORDENAMENTO TERRITORIAL DO SUL DO AMAZONAS..... | 24 |
| 4. MATERIAL E MÉTODO..... | 26 |
| 4.1 ÁREA DE ESTUDO | 27 |
| 4.2 CAMINHO METODOLÓGICO..... | 21 |
| 5. RESULTADO E DISCUSSÕES..... | 29 |
| 5.1 PERFIL DOS ENTREVISTAS..... | 29 |
| 5.2 INFLUÊNCIAS DA MIGRAÇÃO E DA BR 319 SOBRE A PRODUÇÃO..... | 31 |
| 5.3 FATORES DE PRODUÇÃO..... | 33 |
| 5.4 FATORES DE ORGANIZAÇÃO E PERCEPÇÃO SOCIAL..... | 37 |
| 5.5 FATORES DE TRABALHO E ECONOMIA FAMILIAR..... | 39 |
| 5.6 FATORES AMBIENTAIS..... | 40 |
| CONCLUSÕES..... | 41 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 43 |

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, num esforço para melhorar a situação de vida de pessoas carentes e populações tradicionais, o governo brasileiro implantou assentamentos rurais, legalizou terras indígenas e também legalizou terras quilombolas. A chamada reforma agrária aumentou o número de pessoas e famílias ocupando pequenas áreas no intuito de viver da produção da terra, porém, poucos têm sucesso. Muitos abandonam ou vendem seus lotes e os que ficam obtêm financiamentos sem qualquer preparo técnico, cultivam pequenas plantações, criam bovinos, aves ou suínos em pequena escala.

Dentre as modalidades dos assentamentos rurais no Brasil, têm-se o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) desenvolvido em áreas de interesse social e ecológico e “destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental” (INCRA, 2007). Esta modalidade de regularização fundiária poderia contribuir para solução de diversos problemas das populações rurais, caso seus objetivos fossem cumpridos, porém, em algumas áreas do Estado do Amazonas, por exemplo, transformou-se em problema tão grande quanto à falta de regularização, pois a falta de infra-estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o controle das atividades e assistência aos assentamentos, agrava os conflitos socioambientais já existentes, levando alguns projetos de assentamento ao limite da inviabilização (IIEB, 2010).

Quando são assentados, os agentes sociais passam a conceber vários significados do espaço e formas de vivência (BARCELLOS, 2009). As famílias passam a adotar uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho e muitas vezes são estimuladas a realizar atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores (BERGAMASCO, 1997). Todavia, caso os assentados não sejam orientados e acompanhados neste processo de mudança, os projetos tendem a alcançar as mesmas dificuldades anteriores à intervenção governamental, especialmente em regiões como o Estado do Amazonas, cuja viabilidade dos programas de desenvolvimento tem sua eficiência condicionada ao respeito à pluralidade de forças que expressem a diversidade social e cultural da região,

por se tratar de uma região com importante reserva de recursos naturais e acervo de grande biodiversidade e sociodiversidade.

Neste sentido, estudar as formas de organização social e produtiva em assentamentos rurais é importante para compreensão das relações sociopolíticas existentes entre os agentes sociais envolvidos, essencial para dimensionar e viabilizar a economia local. No cotidiano desses espaços, diferentes formas organizativas de produção agropecuária são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos (ZIMMERMANN, 1994). Este processo de mudança ocorre em contextos locais a partir de relações de construção/desconstrução das múltiplas influências estruturais (BORGES, 2007).

A análise dos efeitos econômicos, políticos, sociais e ambientais dos processos de transformação desencadeados pela criação de projetos de assentamentos, bem como, das formas de organização produtiva a partir das implantações, contribui para compreensão dos impactos socioterritoriais (RAMALHO, 2002) e sua dinâmica de reconfiguração após a implantação. Como o PDS é uma modalidade de assentamento que objetiva o uso sustentável, o estudo nestas áreas pode tornar-se referência para o desenvolvimento de sistemas de produção ecológica e economicamente sustentáveis. Desta forma, é necessário o desenvolvimento de pesquisas que apontem sistemas de produção capazes de aproveitar o potencial produtivo destes ambientes e a riqueza das relações sociais existentes de acordo com as características físicas e os processos sócio históricos que configuram cada lugar, pois, projetos que não consideram as vocações e desejos das populações residentes tendem ao fracasso.

O município de Humaitá, localizado na região Sul do Amazonas configura uma realidade interessante para estudar a viabilidade de assentamentos rurais. Por ser um município de fronteira, seu processo de ocupação ocorreu de forma desordenada, configurado pela posse ilegal de terras, expansão da fronteira agrícola e pecuária e desmatamento, o que trouxe grandes entraves ao desenvolvimento sustentável local. Além disso, é considerado estratégico para articulação das ações de desenvolvimento do Estado, especialmente relacionadas à economia agrícola pela possibilidade de fortalecimento das cadeias de comercialização, em função da sua localização com acesso tanto por via fluvial como através das rodovias BR 319 e BR 230 (Transamazônica), facilitando à logística junto aos demais municípios e Estados. Porém, as comunidades do município que têm a agricultura como base econômica estão

abandonando a atividade, dedicando-se principalmente à pecuária extensiva e à pesca, ou migrando para áreas urbanas (VIANA & RIBEIRO, 2004).

Na tentativa de sanar alguns dos problemas causados pelo desordenamento da posse de terras no município, foram implantados de 2004 a 2007 pelo INCRA oito assentamentos, sendo sete Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) e um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), totalizando uma área de 432.498 ha (INCRA Humaitá, 2010) de alternativa de trabalho e possibilidades de acesso à terra. No entanto, a demora na apresentação da delimitação da área de uso, na organização das associações de moradores e na definição das regras dentro dos assentamentos, tem causado desmotivação por parte dos assentados e aumentado os riscos de favorecimento à exploração ilegal de recursos madeireiros (KIBLER, 2009).

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Humaitá é o PDS Realidade, criado em 2007, com área de 43.773,4051 ha, constituído de duas comunidades e cerca de 144 famílias (COSTA, 2009). O assentamento é localizado no km 100 da BR 319 e tem sua dinâmica econômica e social associada à influência da estrada. Construída na década de 70, a BR 319 trouxe grande contingente de migrantes para região, especialmente do Nordeste do Brasil, que vieram estimulados pela facilidade de aquisição de terras e grandes possibilidades de desenvolvimento local, pois o governo iniciou na época uma série de incentivos para o plantio de grãos e exploração agropecuária, objetivando a incorporação das terras do entorno da rodovia ao mercado de commodities (SOARES et al, 2006). Porém atualmente o trecho Humaitá/Manaus se encontra em péssimo estado de conservação. Acredita-se que as dificuldades de acesso ao local trouxeram importantes reconfigurações socioeconômicas, pois os moradores foram obrigados a adaptarem novas formas de organização produtiva para sobrevivência.

Existem possibilidades recentes da reconstrução da BR 319 (FLECK, 2009) e o simples anúncio da pavimentação, tem estimulado novas famílias a se instalarem no local. Sabe-se que a influência de novas famílias em comunidades rurais, podem ser positivas, pela incorporação de novas experiências, ou negativas, quando não há um sentimento de pertencimento local dos migrantes, podendo acarretar em conflitos internos e mudanças nos sistemas organizacionais da comunidade. Além disso, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) que deve ser elaborado pelo INCRA com

participação das organizações locais, para elaboração de atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas) que garantam a sustentabilidade do PDS ainda não foi elaborado. Sem este plano, os assentados não tem acesso aos benefícios previstos na política de reforma agrária, tais como licenciamento ambiental do PAE, crédito habitação, dentre outros.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

Analisar as formas de organização produtiva no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Realidade em Humaitá/AM.

2.2. Específicos

- * Avaliar a influência da construção da BR 319 e sua interdição sobre a organização produtiva no PDS Realidade.
- * Analisar as mudanças ocorridas nos sistemas de produção local e sua relação com o fluxo migratório local.
- * Avaliar a conformidade da organização produtiva atual com os objetivos da modalidade PDS.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. QUESTÃO AGRÁRIA

A questão agrária está ligada às transformações que ocorrem nas formas de organização do trabalho e de produção, do nível de renda, emprego e produtividade dos trabalhadores rurais (DE MERA, 2004). Os principais indicadores da questão agrária são a maneira como se organiza o trabalho e a produção, e a qualidade de renda e emprego dos trabalhadores rurais (GRAZIANO, 1981, p. 05).

A questão agrícola visa responder o que produzir quanto produzir e onde produzir. A questão agrária refere-se à problemática de como produzir, de que forma ocorrerá a produção agrícola. Enquanto a primeira preocupa-se

com a produção e produtividade dos segmentos da agricultura, visando a alocação dos fatores de produção e guiando-se estritamente pelos valores de mercado, a segunda questão está fundamentada na preocupação quanto às relações de produção capitalistas e seus problemas de ordem econômica e social como o nível de renda e nível de emprego (BATALHA, 2001, p. 659 apud DE MERA, 2004).

Uma das problemáticas mais estudadas na questão agrária, como estratégia de melhoria de condições de trabalho, acesso à terra e renda para moradores de áreas rurais, é a reforma agrária. A temática tem sido uma constante desde os anos 1950 e 1960, em que aparecia como solução para as questões nacionais. O golpe militar de 1964, ao contrário do que se poderia esperar, institucionalizou a questão por meio da promulgação, em novembro de 1964, do Estatuto da Terra. A questão da reforma agrária volta a ocupar a agenda política do país, a partir de meados dos anos 1980 registrando-se, de forma lenta e irregular, a implementação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação (BERGAMASCO, 1997).

A reforma agrária é apontada como importante espaço de fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento do meio rural. A disseminação de assentamentos tornou-se uma “sementeira” de agricultores familiares, e em algumas áreas, permitiu recuperar as forças sociais para o desenvolvimento, que existem na agricultura familiar, até então desperdiçadas (WANDERLEY, 2001). Desta forma, mostra-se muito mais do que uma política de acesso à terra. Quando vista em sua totalidade, afeta o conjunto de condições sociais, econômicas, ambientais e políticas com demandas diferentes (GRAZIANO, 1981).

A reforma agrária que os trabalhadores em geral reivindicam não é a pulverização anti-econômica das terras, mas sim, uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo às formas multifamiliares e cooperativas como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. Assim, o remédio "reforma agrária" tem que se apresentar hoje não apenas como uma nova embalagem, mas tem que ter também um outro conteúdo. Não é mais só uma reivindicação do desenvolvimento capitalista, mas também um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento (GRAZIANO, 1981).

Para que a reforma agrária retome seu papel de política protagonista da transformação sócio espacial é preciso abandonar a orientação “resolução pontual de conflitos/determinação pelos mercados” que caracterizou a política de assentamentos nas últimas duas décadas e voltar a ser pensada como política estratégica de combate às

desigualdades estruturais, tanto pelas transformações diretas que pode produzir no mundo rural, como pelos efeitos indiretos que pode ter sobre o emprego, a renda, a alimentação e a qualidade de vida nas cidades (ALENTEJANO, 2003). Por isso a reforma agrária não tem alcançado seus objetivos, segundo Graziano (1981), a reforma agrária é hoje - mais do que nunca - uma questão eminentemente política. Ela não visa fundamentalmente a aumentar a produção, embora isso também seja desejável e possível de obter.

Os assentamentos rurais no Brasil passaram a existir oficialmente a partir da década de 1980 e foram criados para responder às pressões localizadas, como forma de mitigar conflitos relacionados à posse da terra. Marcados pela falta de um planejamento prévio de implantação e de mecanismos de apoio, muitos desses assentamentos enfrentam situações bastante adversas no que se refere à estabilidade das parcelas, com evidentes reflexos sobre as condições de produção e comercialização, formas de organização e preservação dos recursos naturais (Silva, et al. 2010).

Alguns assentamentos têm garantido a permanência do homem no campo, empregando e gerando renda para um considerável número de famílias (MEDEIROS; SOUSA; ALENTEJANO, 1998 apud BUTH et al 2006). Os assentados enfrentam muitas dificuldades nos primeiros anos, sendo obrigados a buscar soluções alternativas que acabam por determinar a forma de organização espacial, social e de produção do assentamento. São estas formas de organização que permitem alterar as relações de poder local, reconstruindo o território (LEITE, 1998 apud BUTH et al 2006). Os assentamentos rurais brasileiros representam, sob o ponto de vista das famílias hoje assentadas, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores (BERGAMASCO, 1997). O estabelecimento de um assentamento rural gera nos atores sociais envolvidos neste processo, a expectativa de que ele se torne social e economicamente viável, de modo que os agricultores assentados consigam viver e produzir após o intenso processo de luta pelo direito de acesso à terra de moradia e trabalho (DIAS, 2004).

A distribuição de terras é um importante meio de combate à pobreza. Ela se pauta por um imperativo de justiça, mas se apoia num postulado econômico decisivo: unidades produtivas ao alcance das capacidades de trabalho de uma família podem afirmar-se economicamente e ser, portanto, um fator de geração sustentável de renda.

É claro que para isso são necessárias condições de acesso a mercados dinâmicos, a crédito, a informações, a educação e a tecnologias (ABRAMOVAY, 2005).

Na Amazônia, por volta de 1970, vindo de diferentes lugares, muitos trabalhadores rurais chegaram e ocuparam terras devolutas, indígenas e de latifúndios. De todas as regiões do país, vinham trabalhadores rurais e seus familiares para a Amazônia (SILVA). A evolução dos esforços de colonização na Amazônia levou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a criar diversas modalidades de assentamento, numa tentativa de se adequar às circunstâncias e, mais recentemente, de se adaptar ao ambiente florestal às crescentes preocupações a respeito do impacto ambiental dos seus projetos (BURSZTYN, 2010). No Amazonas as terras destinadas à reforma agrária totalizaram mais de 25 milhões de hectares, distribuídos em 126 assentamentos com 43.433 famílias assentadas (DATA LUTA 2009 apud ROCHA 2009).

A partir de 2003, o Governo Federal passou a disseminar uma nova política de regularização de terras para Amazônia Legal. Dentre as diretrizes, estavam previstas a implantação de assentamentos de caráter conservacionista, cuja preocupação era possibilitar às populações moradoras de áreas de florestas, o uso da terra e dos recursos naturais, porém, com a preocupação de conservar o ambiente natural. Os assentamentos passaram então a ser diferenciados em *assentamentos convencionais*: Projetos de assentamento federal (PA), Projetos Integrados de Colonização (PIC) e Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD) e assentamentos de *caráter conservacionista*: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), no qual a atividade produtiva é o manejo florestal de uso múltiplo (madeireiro e não-madeireiro), e também há a recomposição florestal de áreas de Reserva Legal (COSTA, 2009).

Na região do Rio Madeira, em parte localizadas no Sul do Estado do Amazonas, foram criados 24 projetos de assentamento, conforme (tabela 01), totalizando uma área de 2.744,057 ha. No município de Humaitá, são oito projetos, sendo seis PAE e um PDS, totalizando uma área de 432.498 ha destinada para assentamentos de reforma agrária. Apesar dos investimentos na implantação destes projetos, poucos avanços têm sido alcançados no Estado do Amazonas para sanar as necessidades dos moradores de áreas rurais, quanto a melhores condições de vida, acesso à terra, trabalho e renda. Em algumas áreas, inclusive, os conflitos sociais aumentaram, pelo escasso apoio à organização social e produtiva nestas áreas (COSTA, 2009).

Tabela 01: Projetos de Assentamento – Região do Rio Madeira/Amazonas

| Município | Nome do projeto | Área (ha) | Capacidade (número de famílias) | Ano de implantação |
|----------------------|--|------------------|--|---------------------------|
| Borba | PA PUXURIZAL (Projeto de Assentamento Federal) | 4.414,6664 | 104 | 1992 |
| | PA PIABA (Projeto de Assentamento Federal) | 3.400,8336 | 111 | 2002 |
| | PAE ABACAXIS (Projeto de Assentamento Estadual) | 687.633,5546 | 100 | 2004 |
| | PAE TROCANÃ (Assentamento Agroextrativista Federal) | 69.812,5527 | 300 | 2005 |
| | PAE TUPANA IGAPÓ-AÇÚ I (Projeto de Assentamento Estadual) | 138.435,0000 | 200 | 2005 |
| | PAE MARIPI TI (Assentamento Agroextrativista Federal) | 108.411,7626 | 400 | 2006 |
| Lábrea | PA UMARI (Projeto de Assentamento Federal) | 9.017,1028 | 158 | 1996 |
| | PA PACIÁ (Projeto de Assentamento Federal) | 5.221,3731 | 305 | 1999 |
| | PDS GEDEÃO (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) | 11.898,8000 | 160 | 2007 |
| Manicoré | PA MATUPI (Projeto de Assentamento Federal) | 34.344,9000 | 533 | 1992 |
| | PAE MATUPIRI (Projeto de Assentamento Estadual) | 9.712,2079 | 70 | 2001 |
| | PAE JENI PAPOS (Projeto de Assentamento Estadual) | 40.401,1824 | 395 | 2004 |
| | RESEX DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE (Reserva Extrativista) | 304.146,2800 | 200 | 2004 |
| | RDS AMAPÁ (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) | 216.108,7300 | 300 | 2005 |
| | PAE ONÇAS (Assentamento Agroextrativista Federal) | 9.500,0000 | 200 | 2006 |
| Nova Olinda do Norte | PA PAQUEQUER (Projeto de Assentamento Federal) | 5.439,1313 | 374 | 1998 |
| | PAE CURUPIRA (Projeto de Assentamento Estadual) | 169.442,4312 | 300 | 2004 |
| | PAE ABACAXIS II (Assentamento Agroextrativista Federal) | 287.098,6229 | 500 | 2005 |
| Novo Aripuanã | PA ACARI (Projeto de Assentamento Federal) | 161.700,0000 | 1.773 | 1992 |
| Humaitá | PAE Botos (Projeto de Assentamento Agroextrativista) | 101.397 | 200 | 2004 |
| | PAE Floresta Ipixuna (Projeto de Assentamento Agroextrativista) | 29.581 | 140 | 2007 |
| | PAE Uruapiara (Projeto de Assentamento Agroextrativista) | 40.860 | 200 | 2007 |
| | PAE Novo Oriente (Projeto de Assentamento Agroextrativista) | 19.180 | 25 | 2007 |
| | PAE São Joaquim (Projeto de Assentamento Agroextrativista) | 192.937 | 300 | 2007 |
| | PAE Santa Fé | 4.770 | 40 | 2007 |

| | | | | |
|--|---|-----------|-----|------|
| | (Projeto de Assentamento Agroextrativista) | | | |
| | PAE Santa Mª Auxiliadora (Projeto de Assentamento Agroextrativista) | 35.419,71 | 150 | 2007 |
| | PDS Realidade (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) | 43.773 | 144 | 2007 |

Fonte: Costa (2009) adaptado pelo autor.

3.2. ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS

O desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar e demais fontes de renda em assentamentos se dá pela implementação de diversas iniciativas, que deverão estar interligadas para que possam produzir os efeitos desejados. O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e os Fundos Constitucionais são algumas iniciativas governamentais para apoiar a melhoria de vida das famílias assentadas, não podendo, entretanto, a ação estatal se esgotar apenas na disponibilização de recursos para crédito de custeio. É fundamental agilizar os procedimentos das linhas de crédito de custeio e investimento, assim como a reformulação de toda a infra-estrutura produtiva e social, para atender às necessidades dos assentamentos, de forma que possa ter facilitado o seu acesso aos mercados (SANTOS, 2001).

Existe um conjunto de iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar que depende muito da ação sindical, como por exemplo, organização, comercialização e gestão da produção, diversificação agroecológica e planos de desenvolvimento local. Este conjunto de proposições deve estar articulado a uma política de produção de alimentos e soberania alimentar da população brasileira, como parte integrante da estratégia de desenvolvimento (SANTOS 2001).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, importante movimento social de mobilização da reforma agrária, vem tentando diversas formas de organização da produção nos seus assentamentos, com o objetivo de unir forças para conseguir melhores resultados no que se refere à produção, comercialização e preço. Uma das formas é organizar os assentados em grupos de produção coletivizada, ou seja, as Cooperativas de Comercialização e, em especial, as Cooperativas de Produção Agropecuária - CPA's. Em termos econômicos, as últimas podem, na atual conjuntura, representar o estágio mais avançado de organização da produção, pela agregação de valor ao produto, obtida através da instalação gradual de agroindústrias para

beneficiamento da produção e também pela diversificação da produção de legumes, frutas, verduras e até mesmo indústria têxtil. Além disso, o MST acredita que a produção agroindustrial cooperada pode trazer melhorias significativas nas condições de vida de famílias assentadas, contribuindo para efetivação de uma política de fixação de milhares de famílias no campo (EID et al,1998).

Para CALIARI (2010), organização produtiva refere-se às estratégias dos atores sociais nos sistemas produtivos, ou seja, como se organizam para produzir. Pode ser medida pelo trabalho individual e cooperativo empregado, interações entre os atores, nível de tecnologia e capital humano, e estoque de capital social. A inclusão desta temática como objeto de estudo justifica-se pelo novo enfoque no desenvolvimento local, baseado na organização social e planejamento participativo das atividades, para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. O assentamento como estratégia de desenvolvimento local, deve ser concebido como um espaço de vida e de reprodução da família, devendo apresentar, além de boas condições de produção, todos os serviços necessários a uma vida digna para a comunidade de assentados (MARQUES, 2004).

ARAGÃO e MALAGODI (2006) apud FERREIRA et al (2010) argumentam que a sustentabilidade em assentamentos de reforma agrária se refere à criação de uma base econômica estratégica para um modelo de desenvolvimento que conjugue as dimensões da produção e do consumo. SOARES (2005) apud FERREIRA et al (2010) afirma que sustentabilidade é complementada pela noção de viabilidade, pois se trata também de transformar o beneficiário da reforma agrária em um pequeno agricultor viável do ponto de vista econômico e ambiental.

Dentre as possíveis iniciativas internas tomadas por parte dos assentados para melhorar a sua capacidade de geração de renda está o desenvolvimento de estruturas coletivas como associações e cooperativas de produtores. A existência destas estruturas organizacionais e mecanismos estruturantes da agricultura familiar por parte do Estado tendem a melhorar a dinâmica interna de produção e alavancar a criação de diferentes formas de comercialização nos assentamentos de reforma agrária. Este cenário enfatiza a importância da organização social na viabilização dos assentamentos de reforma agrária (FERREIRA, 2010). FERRANTE (2006) sugere que a capacidade de organização interna pode ser responsável por gerar, e até determinar, o grau de autonomia das famílias assentadas.

Uma organização associativa deve contribuir para melhorar os processos produtivos, facilitar a comercialização do excedente de sua produção, ao mesmo tempo em que deve resgatar os melhores valores da sua cultura, ou seja, eles se associam em grupos, cooperativas ou associações de caráter comunitário para fazer frente não apenas às dificuldades crescentes da produção e da comercialização, mas também àquelas que envolvem os processos sociais da vida no meio rural (ALVES, 2002).

Um termo apontado como aliado à organização produtiva é a cooperação. Cooperar, em síntese, refere-se a um modo de organizar e administrar produção, através da divisão social do trabalho e da autogestão, somando esforços para adquirir e utilizar ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para a produção coletiva. A cooperação é uma ferramenta de luta política e social, na medida em que contribui para a sobrevivência econômica dos assentados, porque aumenta a produtividade do trabalho, racionaliza o uso dos recursos naturais e humanos e amplia a competitividade dos produtos no mercado. Não apenas isso, a cooperação contribui para melhorar as condições de vida, ao ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivo (moradia, infraestrutura básica, educação, transporte, saúde, lazer etc.), a capacidade das famílias de permanecerem na terra e o desenvolvimento da consciência social. Cooperar é, então, mais do que organizar cooperativas. É, sobretudo, um valor que se transforma em importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao trabalhador rural produzir e reproduzir-se no campo (CONCRAB, 1999 apud SCOPINHO, 2003).

SCHULTZ (1965) citado por ALVES (2002), nos leva a entender que ninguém conhece e consegue organizar seu sistema melhor que o próprio agricultor se forem mantidas as mesmas quantidades de trabalho, terra e capital. CARRIERI (1992) apud ALVES (2002) considera que a prática cotidiana do agricultor o leva a tomar decisões baseadas tanto em seu bom senso e conhecimento empírico, quanto na visão global de seu meio, e isso o faz considerar todo um complexo de consequências, de acordo com os objetivos que pretende atingir. Significa que existe uma articulação lógica entre condições, meios e fins na estratégia por ele adotada.

A consolidação dos assentamentos de reforma agrária representa a passagem dos trabalhadores e trabalhadoras de um quadro de exclusão para o de inserção produtiva. Para tanto, são necessárias linhas de crédito especiais, assistência técnica e investimentos em infraestruturas social e produtiva, voltadas à organização da produção

e ao bem-estar das famílias assentadas. A formação profissional e os instrumentos de política de desenvolvimento, como crédito, entre outros, devem ser aplicados imediatamente após o assentamento dos trabalhadores e trabalhadoras. Devem também ser garantidos recursos orçamentários para a cobertura do total de assentamentos realizados no país, bem como a imediata legalização da área (SANTOS, 2001).

3.3. ORDENAMENTO TERRITORIAL NO SUL DO AMAZONAS

As políticas relacionadas ao ordenamento territorial e fundiário da Amazônia brasileira, definidoras de normas sobre os direitos de acesso à terra e de diretrizes para o uso e exploração dos recursos naturais, têm uma forte influência sobre a dinâmica do desmatamento, das queimadas e da exploração madeireira ilegal na região. A fragilidade destas políticas, reveladora da incipiente presença do Estado na região Amazônica, se expressa, sobretudo, na precariedade da regularização fundiária e na ausência da aplicação de instrumentos de ordenamento territorial, tais como o zoneamento ecológico-econômico e o plano diretor municipal em grande parte do território regional.

Segundo dados do IBGE, no quadro fundiário dessa região, 24% do território são reclamados como área privada; 29% são áreas legalmente protegidas, incluindo as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, e 47% são terras públicas e/ou devolutas sobre as quais a supervisão do Poder público é ainda incipiente. A ausência de ordenamento territorial e de regularização fundiária neste grande volume de terras públicas, combinada com a fragilidade da presença do Estado, incentiva a grilagem e outras formas de ocupação indevida da terra, estimulam a exploração predatória dos recursos naturais e a impunidade dos crimes ambientais. Este quadro tem consequências sociais importantes, uma vez que contribui, decisivamente, para o acirramento de conflitos decorrentes da disputa pela terra, nos quais, historicamente, têm levado vantagem os setores mais capitalizados, favorecendo a concentração fundiária na região (BRASIL, 2004).

A alteração territorial que presenciamos hoje na Amazônia resulta efetivamente de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas, entre as quais as novas demandas do mercado mundial e a diferenciação interna de setores econômicos que alteraram o uso da terra e a estrutura da propriedade. Para entender essa alteração, é preciso considerar a interação entre os processos locais e

a dinâmica de mercados globais, fundamental para identificar as conexões lógicas que explicam o complexo mercado transnacional e a pressão de agentes econômicos sobre os recursos naturais. Nessa perspectiva, cabe examinar os efeitos locais do movimento da economia, de alguns setores-chave, tais como as cadeias produtivas da pecuária, da madeira e da agricultura intensiva, que estão ligados ao mercado global. Certamente que a racionalidade de atores empresariais atuantes e responsáveis em grande parte pelo desmatamento e pela pressão sobre os recursos extrapola esses setores (BECKER; ALVES; COSTA, 2007 apud CASTRO). Outras atividades estão ligadas a esses atores, formando um conjunto de interesses convergentes na pressão sobre os recursos, como a pequena produção familiar, o comércio, a pesca, os grandes empreendimentos de infraestrutura, além dos interesses da indústria farmacêutica e de cosméticos, cujos mercados locais estão sendo estruturados como parte de cadeias nacionais e transnacionais.

O sistema produtivo tradicionalmente desenvolvido por agricultores familiares na Amazônia brasileira envolve atividades agrícolas, extrativistas, domésticas e outras. Todas essas atividades constituem uma importante combinação para a dita “economia fechada” ou de subsistência das famílias Amazônicas, uma vez que a produção resultante das atividades agrícolas ou extrativistas destina-se, essencialmente ao consumo familiar e à venda do excedente nos mercados próximos (FRAXE et al, 2007).

Pouco tem se falado do Estado do Amazonas, embora isto esteja ligado ao fato do Estado ser um dos menos afetados pelo desmatamento na região Amazônica. Trabalhos recentes (ARIMA et al., 2005; MESQUITA JR. et al., 2007; AGUIAR et al., 2008), no entanto, apontam para região sul do estado como uma área em constantes mudanças, no que tange ao uso do solo. Esta região tem apresentado um número expressivo de alertas de desmatamento (INPE, 2008 apud BALIEIRO et al, 2009). Isso se deve a algumas regiões que tem sua principal economia voltada para pecuária, como é o caso do apuí e Santo Antônio do Matupí (km 180 – Manicoré).

3.4. A BR 319 E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O ORDENAMENTO TERRITORIAL DO SUL DO AMAZONAS.

A rodovia BR-319 possui uma extensão de 877 km de Manaus a Porto Velho e foi construída em 1972 (680 km) e 1973 (197 km). A política governamental requereu

na época que todas as rodovias fossem primeiramente construídas como estradas sem pavimento, apenas seriam pavimentadas depois de decorrido um período de anos e se justificado pelo tráfego na estrada. No caso da BR-319, porém, foi aberta uma exceção especial, e a rodovia foi pavimentada imediatamente na hora da construção. (FEARNSIDE, 2005).

Nos anos 1970, a BR-319 teve pouco tráfego, já que a produção industrial de Manaus foi exportada de forma mais barata por meio de navios, e até via aérea. Rondônia ainda era o destino da maioria dos migrantes do Paraná e de outras áreas fontes que seguiram a rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). Até que Rondônia estivesse repleta e transbordando de migrantes, a BR-319 se degradou a ponto que as condições de trafegabilidade inibiram a migração adicional ao norte. Porém, até que o serviço de transporte por ônibus de Porto Velho para Manaus estivesse suspenso em 1988, muitos migrantes seguiram rumo a Manaus e especialmente a Roraima para afetar significativamente o seu crescimento (FEARNSIDE, 2005).

Atualmente a recuperação da Rodovia BR 319 é apontada como um projeto estratégico no sentido de garantir a integração do Estado do Amazonas com outras regiões do país por via terrestre, redução dos custos de transporte e o melhor acesso da população do interior do Amazonas à capital do Estado (FLECK, 2009). A pavimentação da BR-319 conduziria ou conduz a transformação da área adjacente da rota da rodovia. Representantes dos setores de construção industrial e civil em Manaus argumentam que, como a rodovia existiu durante muito tempo, a reconstrução e a pavimentação da mesma não teriam praticamente nenhum efeito ambiental porque “o que era para degradar já foi degradado” (ALMEIDA, 2005 apud FERNASIDE 2005). Infelizmente, experiências anteriores de construção e melhoria de estradas na Amazônia resultaram em um padrão de desmatamento que se espalha para além das vias de acesso quando estabelecidas, e que se aceleram quando estas são melhoradas (FERREIRA, et al 2005).

O fato de ter ocorrido pouco desmatamento desde a época em que a rodovia BR-319 foi aberta em 1970 às vezes é sugerido como indicativo de que esta região sofreria pouco impacto se a estrada fosse reconstruída e repavimentada novamente. A pequena quantidade de desmatamento ao longo da rota é atribuída por alguns à chuva excessiva que torna a agropecuária menos produtiva (SCHNEIDER et al., 2000) e às desvantagens econômicas da longa distância até os mercados. Porém, as diferenças físicas não são tão grandes entre a metade sul da BR-319 e as áreas que se tornaram os principais focos de

desmatamento no Amazonas desde 2002, tais como as áreas entre Humaitá e Lábrea e entre Humaitá e Apuí. Outro fator que poderia justificar a pequena quantidade de desmatamento ao longo da rodovia, seria a malária, doença endêmica e debilitante que afeta grande parte dos moradores da região Norte do País, porém, isto também não pode explicar o avanço modesto do desmatamento, desde a construção original, já que a doença afeta outras áreas com taxas de desmatamento altas.

A agricultura na parte norte do trajeto é pouco promissora por causa de solos menos férteis. A porção do norte está ocupada por solos hidromórficos, que são menos desejáveis para agropecuária que o podzólico vermelho-amarelo que ocupa a maior parte dos primeiros 300 km ao norte de Humaitá (Brasil, Projeto RADAMBRASIL, 1973-1982, vols. 17 & 18). Apesar de limitações agrícolas, a porção do norte da rodovia tem sido o foco de projetos de assentamento como Panelão e Igarapé Açu, no município de Castanho Careiro. Embora solos inférteis sirvam para desestimular um pouco o desmatamento, a noção de que isto confere certa imunidade ao desmatamento é errônea como mostrado através de exemplos frequentes. (FEARNSIDE, 1986).

Os benefícios de pavimentar a BR-319 são, indubitavelmente, menores do que aqueles retratados no discurso político que cerca o assunto. A justificativa principal apresentada é a redução de custos de transporte no frete para o centro-sul brasileiro, aumentando assim a competitividade de produtos industriais de Manaus nos mercados em São Paulo e em outros centros de população. Porém, os produtos industriais de Manaus, como televisores e motocicletas, não são artigos perecíveis para os quais a diferença de alguns dias em tempo de transporte faria uma diferença significativa. Remessa de tal frete por navio para o porto de Santos é muito mais eficiente tanto em termos de uso de energia como em termos de custos de mão-de-obra, quando comparado com a remessa em milhares de caminhões, qualquer que seja a rota rodoviária. É notável que os mesmos argumentos usados como justificativa para a BR-319 estão sendo simultaneamente usados como parte da justificativa para pavimentar a rodovia BR-163 de Santarém à Cuiabá (por exemplo, SIMONETTI, 2005; BRASIL, SUFRAMA, 2005). A atual rota multimodal via Porto Velho é mais barata que a rota via Belém, mas só é utilizável durante uma parte do ano porque o rio Madeira não é navegável durante seu período de água baixa, o nível de água no rio varia em 15 m ao longo do curso do ano, e a profundidade em Porto Velho é de apenas 2 m quando a vazão do rio chega ao seu mínimo anual (FEARNSIDE 2005). Esse argumento tem reforçado a tese em favor da repavimentação da BR 319, haja vista que a hidrovía do

Madeira no período de seca dificulta a logística dos municípios que ficam a margem do rio madeira, sendo o caso do município de Humaitá e demais regiões que precisam escoar sua produção agrícola, de forma rápida e segura, diminuindo os custos de produção por perda.

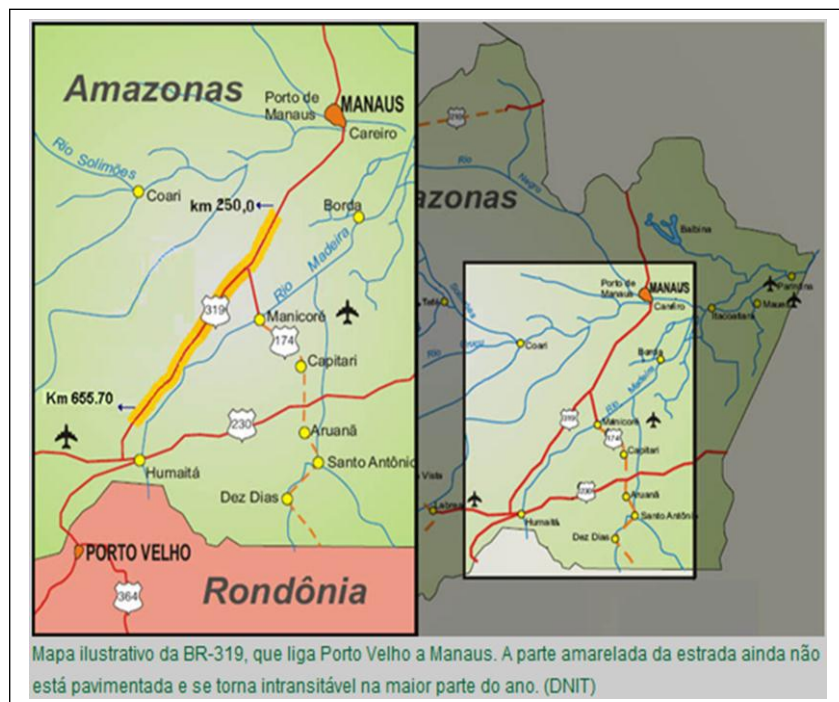


Figura 01: BR 319, trecho Humaitá – Manaus.

Fonte: <http://www.oecoamazonia.com/br/reportagens/brasil/105-br-319-rumo-a-realidade>

4. MATERIAL E MÉTODO

4.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Realidade, na comunidade denominada Realidade, a comunidade surgiu a partir da construção da BR 319, em sua maioria, pelas famílias dos próprios trabalhadores que participavam da construção da estrada. A princípio, as atividades desenvolvidas giravam em torno da borracha. Com a decadência da atividade, muitos abandonaram o local. Os moradores que permanecem vivem principalmente da agropecuária, e em menor escala, da pesca e extrativismo. O PDS Realidade teve seu processo de ocupação iniciado com 144

famílias cadastradas (INCRA, 2011), que se estabeleceram nas linhas 01, 02- Dona Geralda, 03- 17 de Maio, 04- São Francisco e 05 Santo Antônio. Hoje segundo dados do próprio INCRA, possui 165 famílias cadastradas, porém foi constatado in loco e confirmado com integrantes da associação de Produtores da comunidade Realidade (ASPRUR) que só existe 20 famílias na área do assentamento.

O PDS Realidade foi criado em 17 de Setembro de 2007. Possui área de 40.955,1631 ha e capacidade de assentamento de 250 famílias (INCRA, 2011). Dentre as fases de implementação dos assentamentos, o PDS Realidade encontra-se na fase 5 – Assentamento em estruturação, aquela em que se inicia a fase de implementação de infra-estrutura básica, abastecimento de água, eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias (SIPRA, 2010, IPEA, 2005, apud DA SILVA et al, 2010). O assentamento localiza-se a 100 Km do município de Humaitá, pela BR 319, conforme mostra a figura 1.

O município de Humaitá localiza-se na mesorregião do Sul Amazonense e na microrregião do Madeira, latitude 07°30'22”sul e longitude 63°01'15” oeste, estando a uma altitude de 90 metros. Possui uma área de 33.072,00 km². Sua população é de 44.227 habitantes, possui economia baseada na pecuária de bovinos, piscicultura, pesca artesanal, agricultura de subsistência, artesanato, fábricas de doces, beneficiadoras de castanha, movelaria, madeireiras, extrativismo vegetal e garimpo (IBGE, 2010).

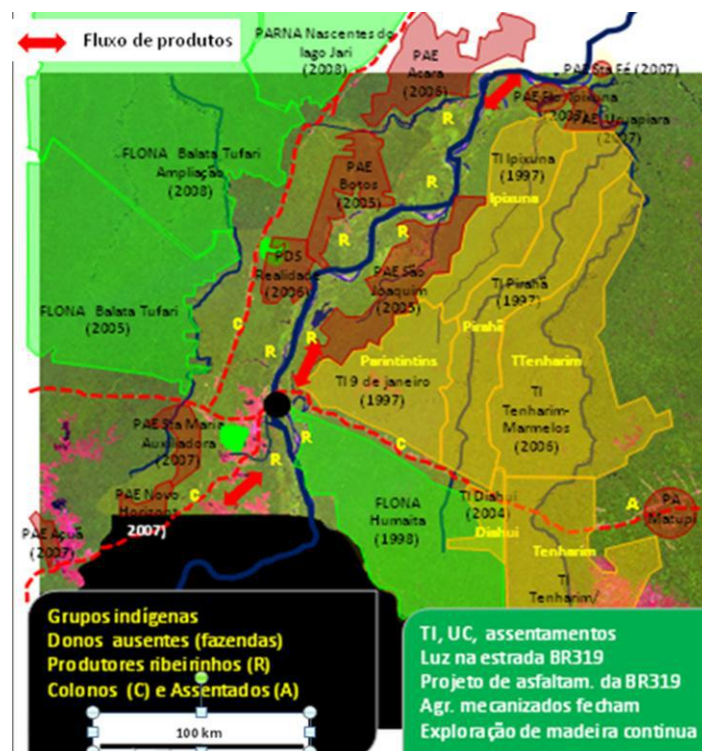


Figura 02: Localização do PDS Realidade no município de Humaitá/AM
 Fonte: IIEB/IMAZON/Pacto Amazônico/GRET (2009)

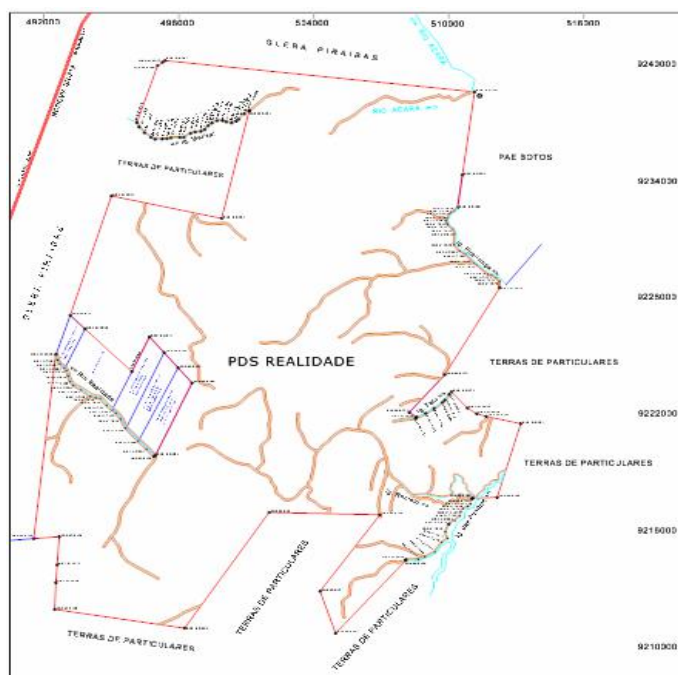


Figura 03: Projeto de Desenvolvimento Sustentável Realidade.
 Fonte: INCRA (2011)

4.2 CAMINHO METODOLÓGICO

O método utilizado neste trabalho para coleta e análise dos dados foi o Estudo de Caso. Para YIN (2005), este método pode ser usado em pesquisa qualitativa e caracteriza-se por permitir uma análise intensiva de uma situação particular, a partir de investigações empíricas de um fenômeno contemporâneo, dentro de um determinado contexto da vida real. O estudo de caso examina as inter-relações entre as variáveis para uma compreensão holística do caso em análise, o que significa produzir uma completa descrição do objeto estudado. Além disso, responde a questões “como e por que” e é indicado em trabalhos onde o pesquisador não tem controle sobre os fenômenos estudados.

A pesquisa foi realizada no mês de Abril de 2011, foram entrevistados 13 chefes de famílias e 2 representantes da associação que responderam um questionário, conforme segue anexo, baseado em um roteiro semi-estruturado, o que possibilitou coletar opiniões e percepções dos entrevistados em relação à problemática estudada.

Neste contexto, este estudo investigou as formas atuais de organização produtiva no PDS Realidade, considerando a influência da construção e interdição da BR 319, as mudanças ocorridas nos sistemas de produção locais e sua relação com o fluxo migratório, bem como, a conformidade da organização produtiva atual com os objetivos da modalidade PDS. A análise permitiu uma visão multidimensional do assentamento, pois a organização produtiva é dotada de critérios relacionados ao ambiente, economia, sociedade, cultura, políticas e instituições (CALIARI, 2010). Os resultados podem embasar a elaboração do PDA, essencial para o acesso dos assentados aos programas e projetos de reforma agrária vigentes.

Os dados foram coletados de fontes primárias e secundárias. Os dados secundários foram buscados em documentos do INCRA e da Associação da comunidade. Os dados primários foram coletados por meio de interrogação direta, inicialmente aos integrantes da associação, líder da comunidade e moradores mais antigos, utilizando-se como instrumento um questionário. As informações obtidas foram tabuladas em planilhas EXCEL do Windows e os resultados são analisados em caráter descritivo, por meio de gráficos e tabelas.

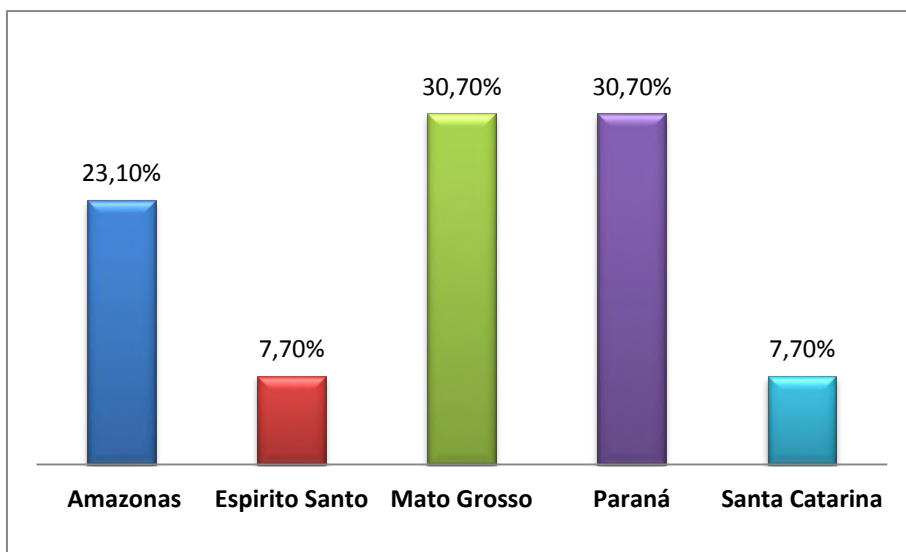
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A idade dos entrevistados corresponde em 23,10% à faixa etária de 20 a 30 anos, 23,10% à faixa de 30 a 40, 30,70% tinham de 40 a 50 anos e 7,70% corresponde à idade acima de 50 anos.

Dos entrevistados 10 eram homens e 3 mulheres destes 61,54% possui apenas o ensino fundamental incompleto. Quanto à origem, 76,9 % vieram de outros Estados, principalmente das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país (Gráfico 01). Esta informação corrobora com FLECK (2009), quando aponta que a região foi povoada por migrantes atraídos pela facilidade de acesso à terra e possibilidades de enriquecimento com o agronegócio.

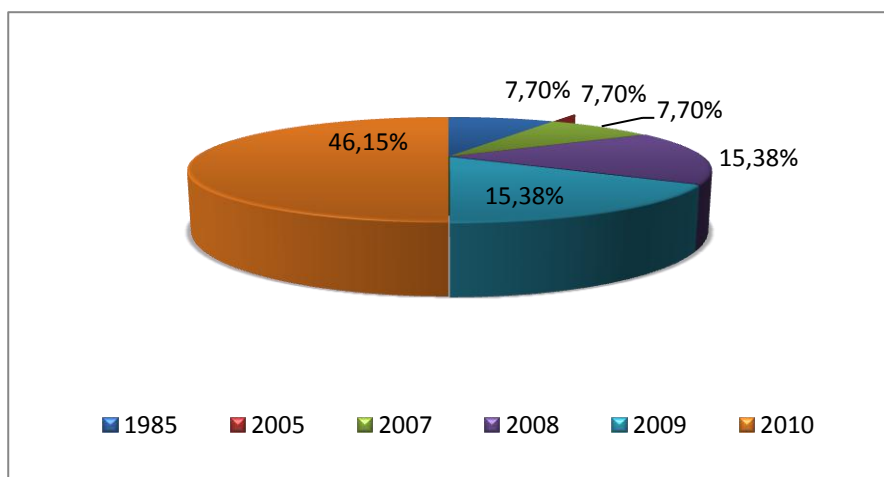
Gráfico 01: Origem dos entrevistados



Outro fator importante detectado na pesquisa, é que grande parte estão instalados há pouco tempo no assentamento. Mais de 46% chegaram no ano de 2010 e o restante, chegou a partir de 2005, conforme mostra o gráfico 02. Do total de entrevistados, apenas 01 chegou ano de 1985, o que dificultou a coleta de informações quanto às mudanças ocorridas na comunidade após a implantação do assentamento. Os dados descritos em relação a tais mudanças referem-se à opinião deste entrevistado.

Este resultado comprova a indicação de que o simples anúncio da repavimentação da BR 319 tem atraído moradores de outras regiões, caracterizando novos processos de grilagem de terras (FLECK, 2009). Além disso, comprova que um dos critérios do PDS não tem sido respeitado, pois esta modalidade de assentamento é destinado à garantia de uso de famílias que já morem na área a um tempo relativo, ou seja, famílias caracterizadas como populações tradicionais, o que aparentemente, não é o caso do PDS Realidade.

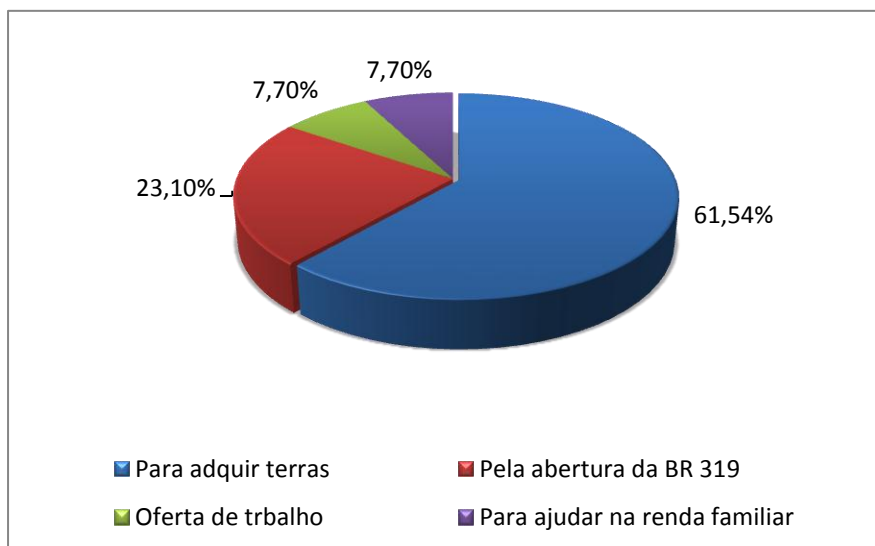
Gráfico 2: Tempo no Assentamento



5.2. INFLUÊNCIA DA MIGRAÇÃO E DA BR 319 SOBRE A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

No PDS Realidade a influência de pessoas de outras regiões e da BR 319 sobre a forma de produzir no assentamento, tem contribuído para que a principal motivação da chegada de moradores na área seja a facilidade de aquisição de terras, dessa forma, vem comprovar a falta de barreiras políticas à instalação de posseiros (61,54%), além das possibilidades de comércio agrícola com as perspectivas de reabertura da rodovia (23,10%), como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3: Motivos que levaram os moradores a migrar para o assentamento



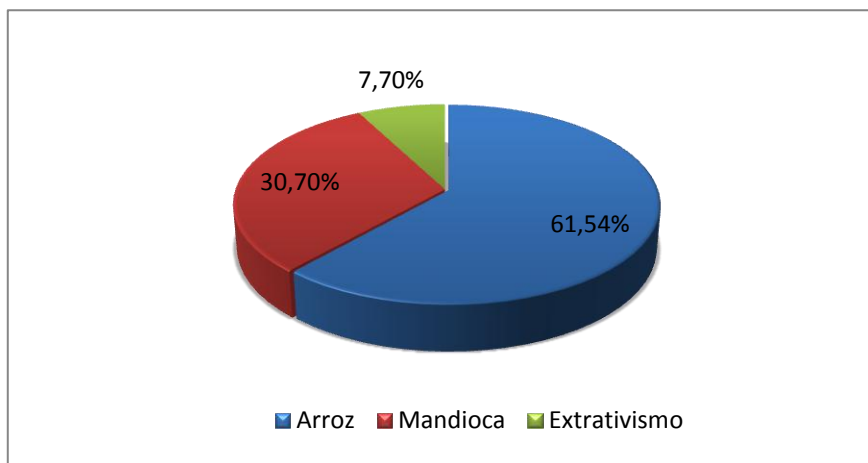
Outro importante fator encontrado em relação a migração, é a ausência de características que configurem os moradores como “comunidade tradicional”, onde fundamentam suas atividades num vasto conhecimento empírico que possuem do ecossistema em que vivem, adquirido e acumulado através de várias gerações (MIGUEZ, et al 2007).

De um modo geral, as famílias do PDS Realidade não possuem uma relação de dependência com a floresta e isso pode ser negativo quando se trata do estabelecimento de atividades sustentáveis, pois não há a presença de regras e normas coletivas de uso dos recursos naturais que são construídos ao longo do tempo, passados entre gerações e que segundo DIEGUES & MOREIRA (2001), tem promovido a conservação ambiental em muitas comunidades rurais. Os autores defendem que em espaços territoriais

comunitários os recursos são apropriados coletivamente através de um conjunto de normas construídas ao longo do tempo e que regulam o acesso dos comunitários aos territórios considerados de uso comum, o que contribui para o sucesso do manejo. Vários grupos de populações rurais vêm se envolvendo em iniciativas de manejo comunitário de recursos naturais, como alternativa à degradação dos recursos comuns dos quais dependem. Ao contrário, comunidades rurais que não apresentam estas características, podem promover a degradação ambiental do espaço com o qual não possui sentimento de pertencimento.

A maioria dos entrevistados possui experiência na produção agrícola, sendo a principal atividade apontada na chegada ao assentamento é o cultivo de arroz (61,54%). Outra atividade agrícola indicada foi a produção de mandioca (30,70%), apenas 7,70% possuem experiência com extrativismo, atualmente hoje 15,38% estão trabalhando em serrarias (gráfico 4).

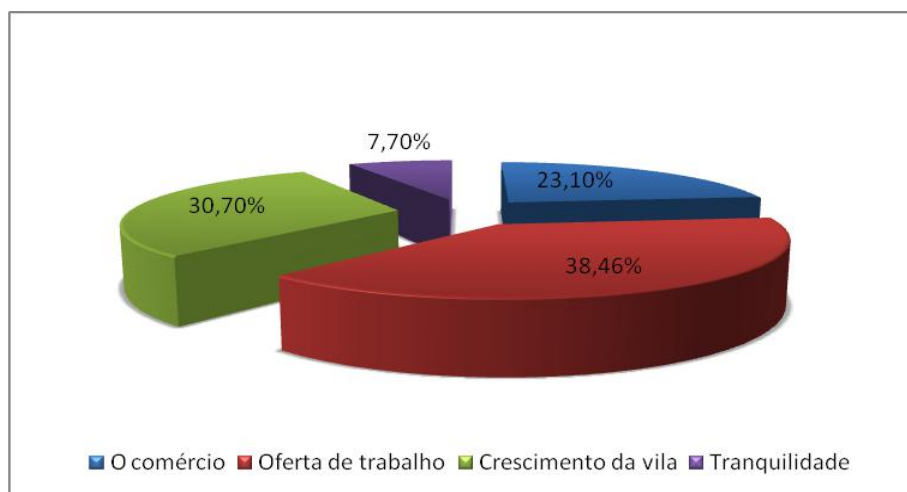
Gráfico 4: Atividades desenvolvidas pelos migrantes ao chegar no assentamento



As experiências produtivas apontadas com o cultivo de arroz e trabalho em serrarias, pode indicar uma tendência de estas pessoas terem migrado para região para implantação de agricultura em larga escala (agronegócio) e produção madeireira, o que foi confirmado nos depoimentos. Esta característica não condiz com os objetivos do PDS, uma vez que as atividades produtivas desenvolvidas nesta modalidade de assentamento devem ser de caráter conservacionista, de baixo impacto ambiental e que proporcione o uso coletivo dos recursos naturais (COSTA, 2009).

Quanto às mudanças ocorridas em função da chegada de pessoas de fora e da implantação do PDS Realidade, 38,46% dos entrevistados responderam que aumentou a oferta de trabalho, principalmente na área da construção civil, para construção de casas e galpões, 30,70% respondeu que houve crescimento do número de famílias na vila de moradores, o restante apontou o aumento do comércio e alteração da tranquilidade existente anteriormente, pois a vila tornou-se mais movimentada (gráfico 5).

Gráfico 5: Mudanças observadas com a implantação do PDS Realidade



5.3. FATORES DE PRODUÇÃO

Não há uma produção agrícola ou extrativista significativa no PDS Realidade. Os principais produtos apontados pelos entrevistados foram arroz (*Oryza sativa*), abacaxi, (*Ananas comosus*), banana (*Musa spp.*), castanha (*Bertholletia excelsa*), café (*Coffeacanehora*), milho (*Zea mays L.*) e mandioca (*Manihot esculenta Crantz*). Destes produtos apenas 28,57% são comercializados, sendo o restante cultivado apenas para consumo próprio (tabela 2).

Tabela 2: Principais produtos cultivados no PDS Realidade

| Produto | Produção | Comercialização | Consumo |
|----------|----------|-----------------|---------|
| Arroz | 80 kg | Não | 46 kg |
| Abacaxi | 200 kg | Não | Não |
| Banana | 370 kg | 20 kg | 61 kg |
| Castanha | 130 lata | 130 lata | Não |
| Café | 50 kg | Não | Não |
| Milho | 225 kg | Não | 50 kg |
| Mandioca | 5000 kg | Não | 20 kg |



Figura 4: Cultivo de Milho no PDS Realidade



Figura 5: Cultivo de abacaxi no PDS Realidade

Apesar da inexperiência dos assentados com o extrativismo, 69,20% dos entrevistados disseram ter interesse em explorar a castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) para comercializar, dada a sua abundância na área. Outro produto que há interesse quanto à exploração para venda é o açaí (*Euterpe precatória*), tendo sido apontado por 15,38% dos entrevistados. Como a grande maioria dos assentados não são oriundos da região, estes relataram que teriam dificuldades em explorar a castanha e o açaí, pois não conhecem o processo de coleta, uma vez que nunca participaram da atividade. Oliveira (2002) afirma que a implantação de atividades econômicas em comunidades que não possuem experiência com a exploração do produto a ser manejado, pode trazer conseqüências mais degradadoras do que as próprias causas que tenham levado às medidas de adoção da proteção ambiental, ou seja, as atividades implantadas tendem ao fracasso, caso os agricultores não se apropriem do processo produtivo.

As edificações existentes destinadas ao trabalho no assentamento se resumem a barracos de lona 69,20% e somente 23,80% possui casa de madeira.



Figura 6: Casa de madeira

Os equipamentos, ferramentas e utensílios de trabalho usados pelos entrevistados na produção agrícola estão descritos no quadro 01. As ferramentas de trabalho utilizadas apontam um baixo nível tecnológico empregado na produção.

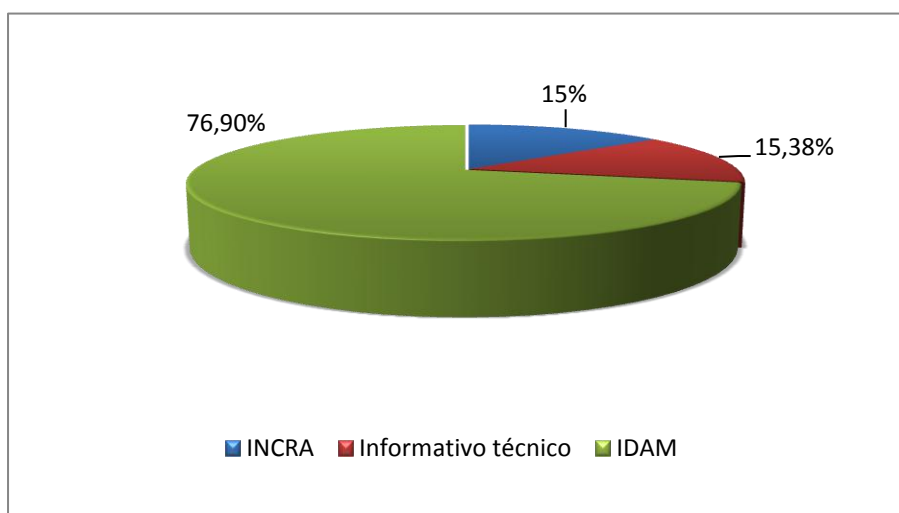
Quadro 1: Equipamentos, ferramentas e utensílios de trabalho existentes no PDS Realidade

| ITEM | Nº | % |
|--------------------------|----|--------|
| CARRO | 1 | 7,7% |
| MOTO | 3 | 23,10% |
| ESPINGARDA | 4 | 30,70% |
| MOTOR | 1 | 7,7% |
| BICICLETA | 6 | 46,15% |
| MOTOSSERRA | 3 | 23,10% |
| PLANTADEIRA MANUAL | 5 | 38,46% |
| PULVERIZADOR COSTAL | 2 | 15,38% |
| CARRINHO DE MAO | 4 | 30,70% |
| ENXADA | 12 | 92,20% |
| FOICE | 12 | 92,20% |
| FAÇÃO | 12 | 92,20% |
| MAQUINA BENEFICIADORA | 1 | 7,70% |

Para que possa haver organização da produção é necessário o mínimo de estrutura e planejamento, desde a aquisição das sementes até a comercialização. A principal dificuldade apontada pelos assentados está em função da dificuldade de acesso e transporte, pelas péssimas condições da BR 319, o que inviabiliza o transporte dos insumos agrícolas e conseqüentemente toda a produção.

Para que a produção seja organizada, no sentido de maximizar o uso potencial da área, a partir de atividades sustentáveis, a orientação técnica é fundamental. A maioria dos entrevistados, 76,90% respondeu que necessitando de assistência, recorrem ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM), os demais 15,38% responderam que recorrem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 15,38% utiliza informativos técnicos (gráfico 6), porém, cabe ressaltar que não há uma regularidade de ações de assistência técnica no assentamento.

Gráfico 6: Assistência técnica



5.4. FATORES DE ORGANIZAÇÃO E PERCEPÇÃO SOCIAL

No PDS Realidade existe a Associação dos Produtores Rurais da comunidade Realidade (ASPRUR). A associação foi criada por decisão da própria comunidade e vem atuando em ações para viabilizar recursos, principalmente relacionadas à aquisição de insumos e implementos agrícolas, e no transporte para comercialização dos produtos. Sua fundação deu-se antes da criação do assentamento, em 1988, e o INCRA convidou a organização para auxiliar na coordenação do assentamento.

Os recursos financeiros da Associação são provenientes do pagamento de mensalidade dos sócios e a integração como membro é feita por decisão voluntária, ou seja, não há uma mobilização de convites para que os moradores se associem. A escolha da diretoria é feita pela votação pelos associados de 2 em 2 anos.

Não há uma interação da ASPRUR com outras associações ou entidades semelhantes da região. A principal dificuldade apontada para o acesso a recursos financeiros e/ou técnicos foi a burocracia e a dificuldade de comunicação. Além disso, os entrevistados apontaram que os recursos materiais são escassos e que há a necessidade de capacitação em gestão.

Para os dirigentes da ASPRUR, o apoio governamental mais urgente para o assentamento seria financiamento e educação. Apesar das dificuldades e da

precariedade, os moradores do assentamento tem acesso à educação, pela existência de escola na vila de moradores, assim como a saúde, pois há um posto médico e agente de saúde, há também acesso a energia, porém, não há tratamento de água.

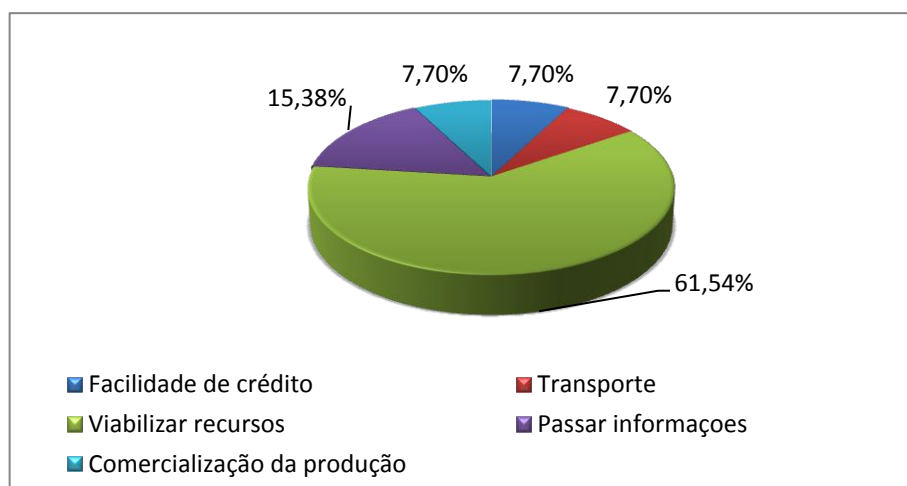
Quanto às redes de confiança e solidariedade estabelecidas a partir da associação, as opiniões encontram-se divididas quanto à confiabilidade entre os dirigentes e a comunidade. Não há confiança por parte dos dirigentes da associação nos políticos do município (prefeito e vereadores) e nos órgãos de assistência técnica. Porém, os entrevistados confiam em sua própria capacidade de tomar decisões importantes para melhorias no assentamento.

As principais diferenças apontadas pelos entrevistados como causa de desentendimentos entre os associados são níveis de escolaridade, diferenças de opiniões entre antigos e novos moradores, diferenças entre posses de terra, e posse de bens materiais como carro, casa e propriedades rurais.

De um modo geral, há uma baixa participação dos moradores nas atividades propostas pela Associação, principalmente reuniões para elaboração conjunta de petição para entregar a membros do governo, ou líderes políticos para solicitar benefícios para comunidade. Dos entrevistados, 76,92% não são associados, a maioria dos sócios não fazem parte do assentamento, porém, 92,20% acreditam na participação social como forma de trocar informações e de alcançar benefícios individuais e coletivos. Além disso, 53,80% dos entrevistados reconhecem uma liderança no assentamento com boa capacidade de articulação, o que pode indicar que se houver um trabalho de estímulo à participação social, trabalho coletivo e fortalecimento da associação, os moradores poderão organizar-se social e produtivamente.

A única benfeitoria coletiva já alcançada pela associação, segundo os entrevistados, foi um caminhão, usado pelos moradores para transportar produtos para venda em Humaitá, motivo pelo qual, a coletividade atual observada na área se dá em torno do transporte dos produtos. Na opinião da maioria dos entrevistados, a associação é importante para viabilizar recursos (gráfico 07). As conquistas alcançadas no assentamento, como o caminhão, por exemplo, são reconhecidas por 69,20% dos entrevistados, como devidas à existência de liderança, o que é positivo quando se pensa em investimentos em organização social no assentamento.

Gráfico 7: Importância da associação.



O processo de ocupação de terras e chegada de pessoas de fora tem gerado conflitos no assentamento, como por exemplo, ocupação em lotes já assentado e furto de mantimento. Apesar disso, todos os entrevistados disseram que a condição atual (após a implantação do assentamento), é melhor do que a anterior, pois apesar de ainda não estarem usufruindo dos benefícios, acreditam que eles virão, principalmente no que tange às linhas de crédito.

5.5. FATORES DE TRABALHO E ECONOMIA FAMILIAR

No PDS Realidade 84,60% dos assentados não possuem nenhum tipo de financiamento, somente 15,38% possui financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). A maioria dos entrevistados (61,54%) tem renda bruta mensal de um salário mínimo. A principal fonte de renda é o serviço de diária (30,70%), seguido da agricultura (23,10%), bolsa família (15,38%), aposentadoria (15,38%), extrativismo (7,70%) e trabalho em serraria (7,70%). Nenhum dos entrevistados obteve nenhum tipo de financiamento para aplicação em atividades geradoras de renda. Estas características demonstram que a agricultura e o extrativismo não são atividades econômicas significativas no assentamento.

Tabela 3: Renda bruta mensal das famílias e fonte de renda.

| Valores | Quantidade | Fonte | % |
|----------------------------|------------|----------------------|--------|
| Menos de um salário mínimo | 2 | Bolsa Família | 15,38% |
| Um salário mínimo | 1 | Extrativismo | 7,70% |
| Um salário mínimo | 3 | Agricultura | 23,10% |
| Um salário mínimo | 4 | Serviço de diária | 30,70% |
| Até dois salários | 1 | Trabalho em serraria | 7,70% |
| Até dois salários | 2 | Aposentadoria | 15,38% |

As relações de trabalho no assentamento se dão principalmente com a venda da mão-de-obra familiar (53,80%) ou troca mão de obra (76,90%). Em comunidades que possuem a agricultura familiar como atividade principal, a força de trabalho é o principal recurso (fator de produção) de determinação da capacidade econômica e acumulação de capital, delineando inclusive as estratégias familiares (MADUREIRA, 2011). Observa-se no PDS Realidade diferentes tipos de organização do trabalho, com o desenvolvimento de diferentes estratégias laborais, ora utilizando mão de obra familiar, ora alternando com entre ajuda e/ou trabalho remunerado.

5.6. FATORES AMBIENTAIS

No que diz respeito às áreas de reserva legal, todos os entrevistados responderam que preservam uma área. Porém, 84,62% dos entrevistados faz uso de capoeira esporadicamente, 61,54% não faz uso de pouso, e aqueles que utilizam deixam de usar a área por um tempo inferior a 5 anos (38,46%).

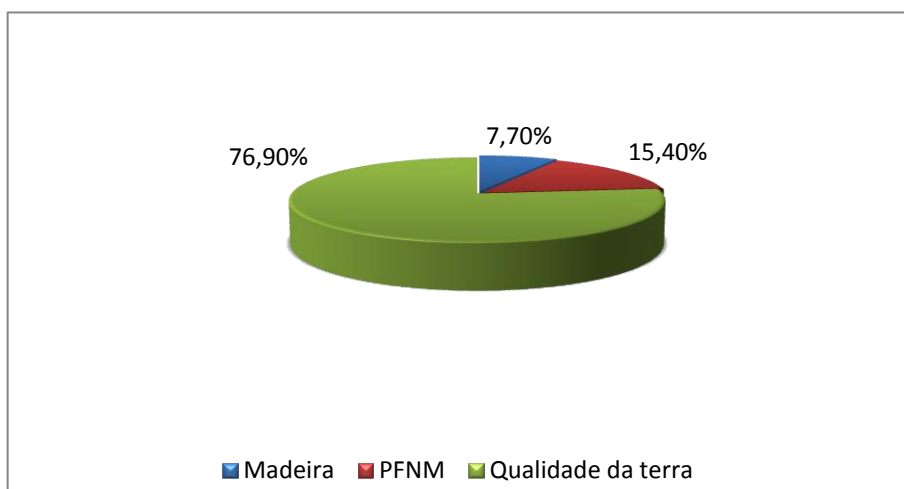
De um modo geral, os entrevistados desconhecem (61,54%) as leis ambientais, ou normativas que regulamentam o PDS e implicam em penalidades. Afirmaram que as nascentes e a mata ciliar da área encontram-se preservadas, não há problemas com drenagem do solo, processos erosivos, ou problema com falta de água no assentamento, ou doenças pela má qualidade da água.

Os principais sinais de desequilíbrio ecológico apontados foram a infestação por saúvas e cupins e ataque por anta (*Tapirus terrestris*) nos cultivos de mandioca. Apesar de terem sido citados estes fatores como desequilíbrio, não foi observada preocupação efetiva com a preservação da floresta em pé, pois, foi citado que só usariam técnicas ou sistemas que reduzissem o uso de novas áreas de mata, caso fosse para reduzir ou

restringir a mão-de-obra familiar, ou por imposição de agentes financiadores. Além disso, os entrevistados afirmaram que se preocupam em não desmatar apenas para cumprir a lei.

Como potencial econômico a partir do uso dos recursos naturais da área, a maioria apontou a qualidade da terra (76,92%) para produção agrícola, apenas 15,40% indicou o potencial da exploração de produtos florestais não madeireiros (PFNM) e 7,70% a madeira (gráfico 8).

Gráfico 8: Potencial econômico dos recursos naturais.



Quanto ao uso de consorciamento, 61,54% afirmaram cultivar banana com milho ou arroz. Não há uso de adubação orgânica, controle biológico de pragas e apenas 15,38% afirmaram já terem feito uso de produtos fitossanitários.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização produtiva do PDS Realidade foi analisada a partir dos fatores de produção, organização e percepção social, fatores de economia familiar e trabalho, e fatores ambientais. De um modo geral, o assentamento não possui produção agrícola e extrativista significativa, sendo a principal fonte de renda, a remuneração por serviços de diária. Apenas 28,57% da produção é comercializada, sendo o restante cultivado para subsistência. As relações de trabalho encontradas foram a venda e troca de mão-de-obra familiar.

Grande parte dos assentados não tem experiência com extrativismo, e tampouco possui uma relação de dependência com os recursos naturais, o que está em desacordo com um dos objetivos de Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis, destinados principalmente a comunidades ditas “tradicionalistas”, que possuam relações de uso dos recursos naturais de forma coletiva. O estabelecimento futuro de atividades desta natureza pode não ser aceito pelos moradores, já que não faz parte de seu cotidiano de trabalho.

As edificações, ferramentas, equipamentos e utensílios de trabalho existentes, indicam baixo nível tecnológico empregado na produção. Não há planejamento coletivo para uso da área, troca de experiências e maximização de uso de insumos, ficando o uso produtivo coletivo restrito ao transporte dos produtos para cidade de Humaitá, pois a comunidade possui um caminhão.

O nível de organização social é baixo, a associação tem problemas de falta de recursos financeiros e materiais, e baixo poder mobilizador. Necessita de capacitação em gestão e ações de fortalecimento. Porém, os moradores disseram acreditar que a organização social é importante para o alcance de benefícios coletivos, o que indica que estão abertos a ações desta natureza.

A percepção ambiental também é baixa, não tendo sido encontrado preocupação significativa com a conservação da floresta em pé. Os moradores afirmam que somente se preocupam em não desmatar, devido às penalidades previstas em lei, e não fazem uso de práticas agrícolas conservacionistas, tais como, adubação orgânica e controle biológico de pragas, em contrapartida, foi observado práticas de consorciamento de culturas e baixo uso de produtos fitossanitários. Também não foram encontrados indicações de poluição dos recursos hídricos e processos erosivos de solo.

Quanto à influência da rodovia BR 319 sobre a organização produtiva, a principal mudança observada é o estímulo à migração para área. O simples anúncio da repavimentação da rodovia tem motivado a vinda de moradores para o assentamento, observando-se a venda de terras, o que é proibido nestes locais. Isto tem gerado conflitos na área pela posse de terras. A principal mudança ocorrida no sistema de produção local, a partir da migração, deve-se principalmente à ausência de atividades extrativistas na área.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. “Um novo contrato para a política de assentamentos”. Economia Brasileira, Perspectivas do Desenvolvimento. São Paulo: Ed. CAVC. 2005.
- ALVES, M. O. Alguns fatores que interferem no processo de capacitação em associações de agricultores familiares assentados da reforma agrária. Banco do nordeste, escritório, 2002. Disponível em: <http://www.bancodonordeste.com.br>,
- ALENTEJANO P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Terra Livre, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br>.
- BALIEIRO, A. A. da Silva. Detecção de aglomerados dos alertas de desmatamento no sul do estado do Amazonas usando estatística de varredura espaço-temporal. XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 3519-3526.
- BARCELLOS, S. B. Desagregação da organização social e produtiva do assentamento Carlos Marighela-RS: um estudo de caso. Revista IDeAS, v. 3, n. 1, p. 74-93, jan./jun. 2009.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Estudos Avançados 11 (31), 1997.
- BORGES, J. L. Assentamentos rurais: contribuições teóricas para investigação nas Ciências Sociais. Revista Espaço Acadêmico, No 71, abril, 2007 –Mensal – Ano VI. ISSN 1519.6186.
- BERNARD, E, et al. BR-319 PROJETO DE RE-CONSTRUÇÃO. Contribuições ao processo de Licenciamento e Análise do Estudo de Impactos Ambientais Manaus – Amazonas 15 de Junho de 2009.
- BRASIL, PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL BRASÍLIA, DF, MARÇO 2004.
- BURSZTYN, M. A. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. Ambiente & Sociedade, SciELO Brasil, 2010.
- BUTH, F, et al. A RECONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DE ASSENTAMENTOS RURAIS: o caso do assentamento Ramada – RS. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.
- CALIARI, C. C. Organização produtiva e arranjos institucionais no processo de desenvolvimento local do território Sul de Roraima. Projeto de qualificação de doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

- COSTA, L. M. Os “assentamentos ribeirinhos” no rio Madeira: o processo de implementação dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) em Humaitá (AM). Em: ALMEIDA, A. W. B et al. Conflitos sociais no complexo madeira. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2009.
- DA SILVA, V.V, et al. Assentamento rural e a dinâmica da paisagem. XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011.
- DE MERA, C. M. P. A questão Agrária no Brasil: As contribuições de Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel. Disponível em: <http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br>.
- DIAS M. M. Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, 2004.
- DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A.C.C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.
- EID, F; SCOPINHO, R.A; PIMENTEL, A. E. B. A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária, 1998. Disponível em: <http://www.abepro.org.br>.
- FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências – Mega diversidade, Disponível em: conservation.org.br, 2005.
- FERREIRA, L. V et al. O Desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. ESTUDOS AVANÇADOS, 2005.
- FERREIRA, P. C, PEDLOWSKI, M. A. Desafios e gargalos do processo de comercialização da produção agrícola em assentamentos de reforma agrária. VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.
- FLECK, L. C. Eficiência econômica, riscos e custos ambientais da reconstrução da rodovia BR 319. Conservation Strategy Fund, 2009.
- FRAXE. T et al. O tradicional e o moderno na agricultura familiar Amazonense: A introdução de tecnologias em comunidades de várzea no rio Solimões, Amazonas-Retirado em, 2007 - cnpat.embrapa.br
- GRAZIANO DA SILVA, José (1981). O que é Questão Agraria? 4. ed. 1981 Editora Brasiliense. 107 p.

IBGE. Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm> acessado em 10/11/11.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IIEB. Relatório do curso de capacitação em Plano de Uso para assentamentos. Humaitá/AM, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório anual. Humaitá, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório anual. Humaitá, 2011.

LEITE, P. S.; et al. BRASIL REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.382 p

KIBLER Jean-François; PERROUD Catherine. Diagnóstico sócio-ambiental do município de Humaitá: orientações metodológicas e resultados preliminares - Relatório de missão 12-26 de julho de 2009, Paris, Gret, 11 de setembro de 2009, 48 p.

MADUREIRA, M.G.F.B. Estratégias Familiares de Construção de Relações de Trabalho. Disponível em: http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/Graca_Madureira.pdf. Acesso: 11/11/11.

MARQUES, M. I. M. A questão agrária hoje e os desafios do Governo Lula. Revista Agrária, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br>

MIGUEZ, S. F et al. O tradicional e o moderno na agricultura familiar Amazonense: A introdução de tecnologias em comunidades de várzea no rio Solimões, Amazonas, 2007

OLIVEIRA, A. C. M. Estratégias de uso dos recursos naturais na Amazônia e seus impactos ecológicos: um estudo de caso de manejo comunitário no Médio Solimões. Tese de doutorado. NAEA/UFPA. Belém, 2002.

PORTARIA 269 DE 23 DE OUTUBRO DE 1996. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

RAMALHO, C.B. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema/SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente – SP, 2002.

ROCHA, F. H. Análise e mapeamento da implantação de assentamentos rurais e da luta pela terra no Brasil entre 1985 – 2008. Monografia de graduação. UNESP, Presidente Prudente - SP, 2009.

- SANTOS, M. J. Brasil Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Estudos avançados, 2001.
- SILVA, E. B. et al. Avaliação da aptidão agrícola das terras como subsídio ao assentamento de famílias rurais, utilizando sistemas de informações geográficas, SciELO Brasil, 2010.
- SCOPINHO, R. A. & MARTINS, A. F. G. “Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método”. Psicologia & Sociedade, Dezembro de 2003.
- SOARES, A.P.A.; FARIAS JUNIOR. E.A.; COSTA, L.S.; LEAL, P. F.; MENEZES, T.C.C. Transformações econômicas e sociais, 2006.
- VIANA, C. F; RIBEIRO, H. S. DINÂMICA DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA DO SUL DO AMAZONAS: O CASO DA RODOVIA DO ESTANHO. Instituto de Geociências - IG, UNICAMP. Anais Do XII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP, São Paulo, 2004.
- WANDERLEY, B. M. N. 2001 - biblioteca. Planejamento. Gov.br. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural.
- WITKOSKI, A. C - VIDA POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: [redesrurais.org. br](http://redesrurais.org.br).
- YIN, Robert K. Case Study Research: design and methods. Traduzido por: Ricardo L. Pinto. Adaptado por: Gilberto de A. Martins. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/metodologia/estudo_caso.asp>. Acesso em 30/10/2011.
- ZIMMERMANN, N. C. Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural. In: Medeiros, L et al (Org.). Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.